



ENTREVISTA

GÊNERO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

GLÁDIS ELISE PEREIRA DA SILVA KAERCHER

1. A partir de tuas pesquisas e estudos quais entendimentos tu vens construindo sobre relações étnico-raciais, gênero e suas intersecções?

R.: Eu penso que as maiores conexões que as pesquisas mais recentes vêm me permitindo fazer entre as questões raciais e as questões de gênero é poder questionar o quanto os processos de construção das identidades femininas é atravessado pelo processo de construção da identidade racial. Em outras palavras, significa de modo diferente a pertença étnico-racial negra quando a gente está pensando os marcadores de gênero e a construção do feminino. É, sim, ainda, a mulher negra o ponto fora da curva. Eu diria o ponto sobre o qual nós pesquisadores, mais curiosamente, precisamos nos debruçar. Contemporaneamente, eu acho que esse desafio vem sendo preenchido pelas jovens feministas que estão, em alguma medida, lançando luz sobre essa pertença racial, sobre essa identidade tão silenciada, tão posta ao lado das discussões do feminismo. Se nós pensarmos do ponto de vista do Brasil essa é ainda a identidade que precisa ser esquadrihada. Essa mulher está fora das nossas redes de discussão, ela está fora das redes contemporâneas de proteção e de garantia de direitos, e ela é, ainda, o sujeito que se encontra fora das universidades e da maior parte das pesquisas.

2. Que ações tu tens realizado a fim de superar as representações históricas e sociais da população negra?

R.: Eu acho a questão complexa; eu não gosto do verbo superar, pois a superação dá sempre uma ideia de que a gente vai abandonar alguma coisa em prol de algo melhor e eu acho que, do ponto de vista da perspectiva teórica, com a qual eu trabalho, os estudos culturais e os estudos de gênero e um pouco das discussões de filosofia da diferença, não

vamos superar nada. A gente está aqui para fazer perguntas, tencionar respostas, duvidar de algumas obviedades. Então, o que eu venho fazendo são perguntas, perguntas incômodas, às vezes, inclusive para o movimento negro, para os pesquisadores negros que como eu, por vezes, se asseguram de determinadas narrativas que são muito hegemônicas. Então, o que eu tenho tentado é fortemente intensificar as perguntas e duvidar de algumas certezas. Nesse sentido, eu tenho atuado muito na extensão e na formação em serviço de professores. É algo que me apetece bastante, que me desafia bastante, porque acho que essas discussões sobre pertença étnico-racial, sobre gênero, sobre identidade ainda estão distantes da formação inicial corriqueira da maioria dos nossos docentes.

3. Como tu tens percebido a discussão de gênero e racismo nas diferentes mídias?

R.: O que eu tenho pensado e observado é que, em alguma medida, com o advento das redes sociais, como Facebook, Instagram e Twitter, a gente vem observando a eclosão de discursos que tentam, de alguma forma, tensionar a produção científica mais recente do produto feito, produzido no Brasil, quanto às questões de gênero e às questões raciais. Então, em alguma medida, eu vejo uma tensão entre a produção científica e os discursos do senso comum veiculados nas diferentes mídias; a gente vê eclosão de discursos reacionários retrógrados e de suspensão de direitos, discursos em tons bastante fascistas que vão situando essa garantia de direitos, sobretudo em relação às questões de gênero e sexualidade, como questões vinculadas à esquerda tão somente, questões datadas, questões que, enfim, devem ser abandonadas. Eu acho que a contemporaneidade, na medida em que dá o direito às narrativas dos sujeitos tornarem-se narrativas abrangentes, narrativas que chegam a várias pessoas, porque as mídias sociais permitem que isso aconteça, vai dando também a esses sujeitos um poder de dizer e de produzir efeitos que reifica, uma ficção, uma ficção de conteúdo, uma ficção de um dizer potente, a ficção de um dizer necessário. Em outras palavras, qualquer imbecil na contemporaneidade ganha as mídias sociais e se arvora o direito de dizer sobre as mais diversas questões ligadas às temáticas identitárias sem o menor fundamento, sem a menor leitura, sem a menor informação. Isso é um dos perigos da popularização do uso das mídias: as narrativas ficcionais das vidas inventadas, das identidades inventadas, das identidades narradas para produção de determinados efeitos no outro. Esses processos, enfim, vão acontecendo nas redes sociais e, em alguma medida, vão escapando tanto dos nossos olhares de pesquisadores, quanto dá militância, sobretudo porque, de alguma forma, também a

militância e os pesquisadores tentam produzir discursos que se pensam ou se pretendem hegemônicos, que se pretendem como o dizer definitivo sobre as temáticas identitárias. E isso é sempre um perigo, isso é sempre um risco, quer seja um discurso de esquerda ou de direita, nas mídias, os discursos vão sempre esquecendo da sua dimensão ficcional, da sua dimensão de invenção, da sua dimensão de absoluta singularidade no dizer, ou seja, os discursos querem ser hegemônicos, querem ser predominantes e respeitados, mas eles são uma ficção.

4. Há um número crescente de representatividades nas redes sociais sobre o protagonismo das identidades negras, principalmente das juventudes urbanas. São blogs, canais do YouTube, páginas e grupos do Facebook que destacam a força de tais identidades através da valorização da beleza, da arte, da cultura e tensionam valores eurocêntricos, concepções racistas, sexistas e machistas. Como tu percebes a “entrada” de tais publicações da *web* junto às juventudes contemporâneas? E, principalmente, junto às jovens negras?

R.: Bom, em relação aos blogs e os canais do Youtube, enfim, se percebe um empoderamento da juventude feminina negra, muitas blogueiras, muitas influenciadoras Youtubers, que vão ganhando ali um espaço de visibilidade. É um espaço de fala que é importante. Ao mesmo tempo, nesses canais, vai se construindo também um discurso ficcional sobre identidade feminina negra, com a criação de alegorias de negritude, alegorias de africanidade que são absolutamente ficcionais, sujeitos que até ontem andavam com seus cabelos lisos chapados, e que, da noite para o dia, se enrolam em um turbante e começam a discursar sobre uma pretensa negritude homogênea e ancestral. Assim, de novo me apoiando nos estudos culturais, me parece um perigo. Isso me parece discurso que, de novo, se apresenta como discurso hegemônico, como um discurso padronizante e um discurso que, novamente. Do meu ponto de vista, muitos dos discursos identitários que a gente vê surgir, emergir e desaparecer, se pensa como discurso que, enfim, traz a verdade definitiva sobre as identidades negras. Penso, pois, que o que cabe a nós, pesquisadores, é tencionar essas representações, essa discursividade, tencionar a invenção dessa negritude, dessa africanidade, nestes canais e nesses blogs, para fazer-nos pensar que as identidades escapam, que a pluralidade de identidades negras escapa, não é rasa, não é hegemônica, não é homogênea, é muito mais plural do que as nossas investigações nos permitem capturar.

5. Como tu tens percebido, em nosso país, os retrocessos relacionados às políticas públicas no que tange às questões étnico-raciais e de gênero? Quais possibilidades de resistência podem ser pensadas e acionadas? Como entendes o campo da educação nesse processo?

R.: A quinta questão em relação aos retrocessos das políticas públicas me parece importante pensar a dimensão da política pública, intenção com as ações quer individuais, quer coletivas dos sujeitos negros na contemporaneidade. O que estou querendo dizer é que, em alguma medida, nós já saímos da dependência da política pública como única fomentadora das discussões étnico-raciais. Me parece que o movimento negro, pesquisadores negros, juventude negra, enfim, existem outros modos de articulação mais dinâmicos, mais plurais, mais efetivos que estão se colocando para além da existência, ou não, das políticas públicas. Essa é uma questão que me parece crucial e importante de ser pensada. A segunda questão diz respeito ao fato de que esses retrocessos nos fazem atentar para ilusão de que muitos de nós, pesquisadores e militantes do movimento negro, poderíamos ter construído, de que determinadas conquistas estavam solidificadas e garantidas, o que, na verdade não. Eu acho, como mostra de um modo bastante interessante Juremir Machado da Silva, no seu livro *Raízes Conservadorismo Brasileiro*, que o nosso pensamento escravocrata continua impávido, inarredável, muito sólido, em alguma medida. Portanto, esse pensamento que é, talvez, o elemento mais fortemente definidor da mentalidade oligárquica brasileira, atravessa os poderes constituídos e, ainda, dita as ações do estado brasileiro. Se por um lado os governos de esquerda e de centro-esquerda conseguiram, nos últimos anos, tornar o Brasil signatário de tratados internacionais que obrigam a adoção de políticas públicas para a promoção da igualdade racial e que também obrigam o estado a um enfrentamento das assimetrias raciais são, por outro lado, essas ações do estado, traduzidos em políticas públicas. Elas, de modo algum, produziram, nas oligarquias nacionais, algum tipo de modificação, e, por isso, então, é que nós temos que atentar para além dos processos educativos, de uma educação para as relações raciais que nós possamos promover. Nós temos que nos dedicar fortemente a construção de uma nova mentalidade, de uma nova racionalidade no que diz respeito às questões étnico-raciais. Em outras palavras, eu defendo que a gente repense a nacionalidade brasileira, refunde a república brasileira sob um patamar de igualdade racial que é incompatível com as oligarquias brasileiras. Eu acredito que se avance muito pouco na garantia da construção desses direitos enquanto nós tivermos o predomínio político das oligarquias. Nós precisamos deslocá-las da centralidade do poder político se

quisermos, de fato, a permanência de políticas públicas para a promoção da igualdade racial.

6. Como tu tens percebido a questão da representatividade docente e discente no sistema educacional de nosso país? Percebes um cenário diferenciado para os/as jovens negros e negras?

R.: Essa representatividade foi ampliada com a política de cotas raciais nas universidades públicas, e ainda se encontra encapsulada fortemente na representação discente; o que eu quero dizer é que nós temos um expressivo número de alunos negros nas universidades públicas, mas isso não se traduz por um número expressivo de docentes negros nas universidades públicas. Temos um longo caminho que precisa ser construído. A universidade não é uma instituição universal, e jamais se colocou como tal; está longe disso e a representatividade de gênero e racial dentro da Universidade, do ponto de vista docente, é uma quimera, é uma ilusão; nós temos um caminho muito árduo para vencer o predomínio masculino, branco, e esse predomínio masculino branco, essa identidade, essa predominância na docência superior no país vai levar ainda algumas décadas para ser deslocada. Eu não tenho uma animação muito grande quanto à representatividade negra docente e discente nas universidades brasileiras, no Ensino Fundamental e Médio. Isso também se reproduz. Continuam sendo os negros a minoria nos bancos escolares; continuam sendo negros e negras a minoria dentre os docentes do país. Tanto mais qualificadas, mais valorizadas ou respeitadas as escolas, menor a presença negra. Quanto ao sistema privado, então nem se fala nos negros e negras, pois ainda não nos fazemos presentes nas instituições privadas de ensino superior e talvez não nos façamos por um longo período. Temos, sim, uma longa, uma profunda batalha para reversão desse quadro.

7. Como traçar estratégias para um trabalho pedagógico que envolva as temáticas de gênero e relações étnico-raciais com as crianças e adolescentes jovens?

R.: Quanto à resposta para essa questão de traçar estratégias de trabalho pedagógico, eu acho irresponsável essa possibilidade de trabalho pedagógico para as temáticas de gênero e de raça, pois ela precisa ser pensada por cada professor individualmente em relação à sua própria turma, já que estratégias pedagógicas mais amplas elas são ineficientes, inaplicáveis e acho bastante discutível se alguém se coloca no lugar dessa pessoa que pode dizer quais são as estratégias para o trabalho pedagógico.

8. Podes comentar do trabalho desenvolvido pelo Grupo UNIAFRO, em especial com relação ao enfrentamento das questões raciais no âmbito da educação, a partir da lei 10.639/2003?

R.: UNIAFRO é um curso que eu assumo no ano de 2013, em parceria com a Tanara Furtado. Esse curso será acrescido e agregado de colegas professores que vão sendo convidados para ministrar aulas sobre determinadas temáticas. O curso é criado em cima de um princípio bastante simples: articulação teoria e prática de modo constante e imediato em que os professores cursistas não têm nenhum outro tipo de atividade a não ser realizar ações pedagógicas no campo da EREER - Educação das Relações Étnico Raciais - junto aos seus alunos .

9. A UNIAFRO desenvolveu o primeiro material grafo-plástico nacional voltado a educação das relações étnico-raciais no ambiente escolar com a parceria da Koralle. Como tem sido o retorno sobre esse material?

R.: Ele foi criado por mim e pela Tanara Furtado. Nós precisávamos de um material didático acessível, prático, que pudesse ser pago com recurso disponível do curso, que pudesse ser distribuído para os cursistas e que pudesse fomentar, desde as crianças muito pequenas até os jovens, a discussão da pertença racial. Como ambas tínhamos experiência de docência bastante grande e como, para mim, essa discussão do lápis cor de pele, aquele malfadado lápis rosado do estojo de lápis escolares era uma discussão bastante presente, nós de imediato pensamos na ideia de produção desse material. Procuramos algumas empresas, mas não conseguimos obter retorno em relação a essa procura. Então localizamos a Koralle que é uma empresa aqui da cidade de Porto Alegre, propusemos a confecção desse material, dissemos o que queríamos, pagamos por esse material. A Koralle, então, fez os bonecos para teste do giz de cera. Nós testamos, Tanara e eu, e escolhemos as 12 cores que compuseram o primeiro estojo.

10. Tens alguma sugestão de sites, livros ou filmes que contribua para discussão sobre gênero e relações étnico-raciais?

R.: Bom, quanto à questão dessa sugestão de sites livros ou filmes, novamente, eu acho que não me sinto no lugar de alguém que sugere sites, livros filmes, enfim, por quê? Porque eu não acredito nessa possibilidade de que algum material *a priori* possa servir para tudo e para todos discutirem a questão de gênero e a questão racial. A minha sugestão é uma postura teórico-metodológica que só existe material adequado quando nós temos um professor com olhar apurado para o seu grupo, para os seus alunos. Somente quando o professor olha para os sujeitos reais que estão à sua frente, para suas pertenças, de

gênero, de sexualidade, de raça, ele consegue perceber, para aquele grupo específico com qual ele trabalha, quais seriam os materiais mais adequados para sensibilizar, provocar, tencionar e deslocar. O que eu quero dizer, em outras palavras, é que materiais que possam ser tidos e havidos como maravilhosos podem não funcionar para determinados grupos. O que vai determinar se esse material vai funcionar ou não é um professor com formação adequada, um professor com uma postura investigativa, um professor com uma vontade de encontrar os elementos potentes e desencadeantes de discussão em seus grupos de alunos, com cada grupo, cada professor, materiais diferentes, inícios diferentes, olhares diferentes em relação aos materiais costumeiros. Eu costumo dizer que eu não preciso de um livro que tenha personagens negros de modo positivado para poder discutir as representações do negro. Se o professor tiver formação teórico-metodológica, se o professor tiver disposição político-pedagógica para desencadear a discussão, ele pode usar qualquer livro da sua sala de aula para saber fazer as perguntas certas que, por sua vez, despertarão o olhar das crianças, dos jovens e dos adultos para essa discussão.



Gládis Elise Pereira da Silva Kaercher possui Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1995) e Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2006). Atualmente é professora Associada nível 1 da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, atuando principalmente nos seguintes temas: educação infantil, literatura infantil, infância, texto e identidade e diferença